

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 17-4-2024.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger e Prof. Alex Fraga. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 108/24 (Processo nº 0219/24), de autoria de Hamilton Sossmeier; o Projeto de Lei do Legislativo nº 132/24 (Processo nº 0251/24), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 086/24 (Processo nº 0181/24), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 089/24 (Processo nº 0185/24), de autoria de Biga Pereira, Cláudia Araújo e Karen Santos; e o Projeto de Resolução nº 032/24 (Processo nº 0253/24), de autoria de Aldacir Oliboni. Foi apregoada Justificativa de Falta de Psicóloga Tanise Sabino no dia dezesseis de abril do corrente ano, às dez horas e trinta minutos, devido a sua participação em Reunião com o Prefeito, em Porto Alegre - RS. Foi apregoado o Ofício nº 1094/24, firmado por Sebastião Melo, Prefeito, por meio do qual informa que se ausentará do Município das quinze horas do dia dezessete até o dia dezoito de abril do corrente ano, para participar da 86ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos, a ser realizada em Ribeirão Preto - SP. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Ramiro Rosário, Fernanda Barth, Mari Pimentel e Giovanni Culau e Coletivo. Às quinze horas e dezoito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e um minutos às quinze horas e vinte e nove minutos. Foi apregoado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando votação em destaque para o § 7º do art. 39 da Lei nº 11.582, de 2014, alterado pelo art. 3º do Projeto de Lei do Legislativo nº 573/21. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23 (Processo nº 0964/23). Foi aprovado o § 7º do art. 39 da Lei nº 11.582, de 2014, alterado pelo art. 3º do Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23, por quinze votos SIM, sete votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, José

Freitas, Karen Santos, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, votado Não Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Mônica Leal e Pablo Melo e optado pela Abstenção Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23, por trinta votos SIM, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi registrada a intenção de Psicóloga Tanise Sabino e Alvoni Medina em terem votado favoravelmente à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23. Foi rejeitada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23, por oito votos SIM e vinte e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Alvoni Medina, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, José Freitas, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Karen Santos, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23, por trinta votos SIM, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 03 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23. O Diretor Legislativo informou que a Emenda nº 04 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23 foi parcialmente prejudicada, em face da rejeição da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e cinco minutos às quinze horas e quarenta e sete minutos. José Freitas formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23, tendo então o Diretor Legislativo respondido que a Emenda nº 04 será considerada totalmente prejudicada, em face da rejeição da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23, por trinta votos SIM, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas

Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 054/24 (Processo nº 0264/24), após ser encaminhado à votação por Jessé Sangalli, por vinte e três votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jessé Sangalli, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht e votado Não Fernanda Barth e Jessé Sangalli. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 159/18 (Processo nº 1355/18). Mônica Leal formulou Requerimento verbal, solicitando a inclusão, na priorização da sessão prevista para a próxima quarta-feira, do Projeto de Lei do Legislativo nº 665/23 (Processo nº 1144/23). Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 159/18. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 159/18. Foi registrada a intenção de Jonas Reis, Giovanni Culau e Coletivo e Biga Pereira em terem votado contrariamente à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 159/18. Foi registrada a intenção de Comandante Nádia em ter votado favoravelmente à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 159/18. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/23 (Processo nº 0871/23). Foi aprovado Requerimento, formulado por de Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 398/21 (Processo nº 0951/21). Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Idenir Cecchim, Cláudia Araújo e Moisés Maluco do Bem, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/23 (Processo nº 0871/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, Cláudia Araújo e Moisés Maluco do Bem, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/23. Foi apregoado Requerimento de autoria de Cassiá Carpes, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/23. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Cassiá Carpes, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 004/24 (Processo nº 0066/24), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Mônica Leal, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 024/23 (Processo nº 1269/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Alvoni Medina e Mari Pimentel, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 653/23 (Processo nº 1121/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Cassiá Carpes, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo

nº 004/24 (Processo nº 0066/24). Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão, apreciando-se imediatamente o Requerimento nº 053/24 (Processo nº 0261/24), por vinte votos SIM e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e votado Não Comandante Nádia, Jessé Sangalli, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi registrada a intenção de Karen Santos e Aírto Ferronato em terem votado favoravelmente ao Requerimento verbal, formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 053/24 (Processo nº 0261/24), após ser encaminhado à votação por Jessé Sangalli, Tiago Albrecht, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni e Prof. Alex Fraga. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 639/23 (Processo nº 1092/23). Em Votação, foi rejeitado o Requerimento nº 031/24 (Processo nº 0138/24), após ser encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga, por onze votos SIM e treze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Fernanda Barth, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e votado Não Alvoni Medina, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Aírto Ferronato, solicitando que o Projeto de Lei do Legislativo nº 302/22 (Processo nº 0596/22) seja retirado da priorização da presente Sessão e incluído na priorização da Sessão prevista para a próxima segunda-feira. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Biga Pereira, solicitando o adiamento, por três sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 396/23 (Processo nº 0710/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 653/23 (Processo nº 1121/23), após ser discutido por Tiago Albrecht, Jessé Sangalli, Comandante Nádia, Ramiro Rosário, João Bosco Vaz, Mari Pimentel e Jonas Reis. Foi apregoado Requerimento firmado por Engº Comassetto, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia dezessete de abril do corrente ano. Foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria de Fernanda Barth, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 653/23, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por João Bosco Vaz, solicitando que o Projeto de Lei do Legislativo nº 653/23 seja retirado da priorização da presente Sessão e incluído na priorização da Sessão prevista para a próxima segunda-feira. Às dezessete horas e vinte minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 005/24; o Projeto de Lei do Executivo nº 004/24;

o Projeto de Lei do Legislativo nº 695/23, discutido por Jonas Reis; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 106 e 700/23 e 101, 110, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126 e 129/24; e o Projeto de Resolução nº 029/24. Às dezessete horas e vinte e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Biga Pereira, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro e Gilson Padeiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação na reunião com o Sr. Sebastião Melo, prefeito Municipal de Porto Alegre, em Porto Alegre - RS -, no dia 16 de abril de 2024.

Apregoo o Ofício nº 1.094/24, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito Municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa que se ausentará do Município para participar da 86ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos, a ser realizada em Ribeirão Preto - SP -, às 15h do dia 17 até o dia 19 de abril de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e também público da TVCâmara; venho em nome da liderança da oposição para fazer algumas considerações e também anunciar que hoje saiu, no jornal Zero Hora, na coluna do jornalista Rodrigo Lopes, a conferência que nós teremos em Porto Alegre nos dias 17, 18 e 19 de maio, uma conferência cujo título é Conferência Internacional Antifascista, contra a extrema direita, na verdade também contra o neoliberalismo. Essa é uma conferência muito importante – somos conscientes de que existe hoje um fenômeno mundial e um crescimento de forças da extrema direita, o que é um fato, é preciso reconhecer, e de posições que, em última instância, afirmam um projeto que dialoga ou que, na verdade, poderia se definir como neofascista. O fascismo e o nazismo, evidentemente, foram fenômenos históricos dos anos 1920, 1930 e 1940, cuja essência foi a perseguição e a busca de eliminar fisicamente as organizações do movimento dos trabalhadores, do movimento operário, da esquerda, também a eliminação de toda e qualquer liberdade democrática de organização da sociedade para discutir os rumos da própria sociedade. Foi um projeto, um modelo totalmente autoritário, que eliminou uma parte importante da sociedade. Evidentemente que nós... Os fenômenos históricos não se repetem da mesma forma, mas nós sabemos que atualmente existem projetos de extrema direita que, como

eu disse, dialogam com esse projeto autoritário de ataque às liberdades democráticas e de ataque à organização da classe trabalhadora. Nós temos, no mundo, uma série de experiências nesse sentido porque uma parte da classe dominante, uma parte da burguesia no mundo – e no Brasil não é diferente – resolveu aplicar o modelo neoliberal, ou seja, um modelo que precariza o trabalho, arrocha os salários, precariza, privatiza e terceiriza os serviços públicos. Nós sabemos que, no Brasil, ainda esse modelo, é um modelo que domina a lógica econômica; mas há um setor da classe dominante que acredita que os planos de superexploração contra a classe trabalhadora, agora, devem ser aplicados com a combinação de regimes políticos autoritários que impeçam justamente a organização da resistência contra esses planos de superexploração e de manutenção dos privilégios dos que sempre ganharam muito, dos mais ricos e dos privilegiados de modo geral. A ideia da conferência antifascista é a ideia de começar a dar uma organização, uma organização de natureza internacional, para resistir contra esse tipo de projeto. Nós teremos, em Porto Alegre, uma série de delegações internacionais; a delegação mais importante, certamente, será a delegação da Argentina. A Argentina está vivendo uma experiência de um governo neoliberal de extrema direita, que trata de aplicar planos econômicos antipopulares com medidas de repressão, combinando com medidas de repressão, tratando de reprimir as manifestações de rua, tratando de perseguir as organizações dos trabalhadores da Argentina. Há nesse momento, na Argentina, aliás, desde dezembro, quando o Milei assumiu, uma profunda e generalizada resistência da classe trabalhadora, com uma poderosa greve geral, com manifestações de rua muito fortes, com greve de serviços públicos, com lutas da classe trabalhadora, dos professores, e nós sabemos que esse processo de luta do povo argentino tende a aumentar e queremos, portanto, acompanhar essa experiência dos trabalhadores e da juventude Argentina, que têm enfrentado o presidente Milei. Assim como no Brasil, com o bolsonarismo, nós tivemos uma tentativa de alterar o regime político, de cortar liberdades democráticas, de impedir o processo de organização da classe trabalhadora, de desrespeitar, inclusive, o processo eleitoral. Não é à toa que, depois da eleição, o ex-presidente Bolsonaro, tendo perdido as eleições, impulsionou um golpe de Estado, no dia 8 de janeiro, mostrando que o bolsonarismo, sim, é um projeto político que tenta reeditar o que foi, no Brasil, a experiência do golpe militar, defendendo a tortura, defendendo a perseguição, defendendo a aplicação de planos neoliberais, combinando esses planos com medidas autoritárias. Essa é a razão pela qual nós resolvemos fazer essa conferência antifascista para organizar de modo internacional a resistência contra aqueles setores políticos que querem mudar os regimes políticos, impedindo que a classe trabalhadora tenha liberdade de organização para defender os seus próprios interesses.

Então, hoje, nós é começamos a divulgar, de modo mais efetivo, essa primeira conferência, e eu não poderia deixar de comunicar à Câmara de Vereadores essa iniciativa que a cidade de Porto Alegre vai oferecer para sua população e para o Brasil todo: ser vanguarda na luta contra o fascismo e contra a extrema direita. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, vejam só o que vive o Brasil com os bolsonarentos. Sim, eles agora encontraram um ou uma criatura para chamar de sua, um bilionário poderoso. Onde já se viu o Supremo Tribunal querer calar um bilionário? Não pode calar um bilionário, por isso que os bolsonaristas se agarram no bilionário. Onde já se viu querer espalhar mentiras na internet e ser proibido? Aliás, as mentiras deveriam, segundo esse pensamento negacionista, ser garantidas pela Constituição; mentir a torto e direito em todos os cantos, garantido na Constituição, é isso que eles querem. Onde já se viu o Supremo Tribunal Federal, a Corte maior, o Congresso, a União quererem estar acima de um conglomerado administrado por um bilionário? Onde já se viu a soberania do País, Ver. Gilson, estar acima dos bilionários? É assim que pensa agora a extrema direita. Onde já se viu?! Na verdade, eles gostariam muito que as *fake news* fossem garantidas na Constituição, mas isso não vai acontecer. Esse jogo irresponsável de atacar reputações, histórias, e retirar do povo brasileiro o poder sobre a sua Nação, isso não vai acontecer. Tentem, tentem, continuem tentando, cansem de tentar, tentem sentados para não cansar tanto; não vai acontecer, porque o povo brasileiro defende o seu País. Patriota é quem defende a Nação. Aí eles dizem: “Queremos liberdade!” Ora bolas, eles querem liberdade para ofender livremente na internet, criar perfis *fakes*, que muitas vezes não têm fotografia, como aparece periodicamente nas minhas redes sociais. Vão lá e me xingam, mas não têm coragem de mostrar o rosto, são canalhas que se escondem atrás de perfis *fakes*, não conseguem ter coragem para mostrar a sua face, porque são como lixo, esses criam os perfis *fakes*, para atacar reputações. Podem continuar me atacando; nós estamos levando para o Ministério Público, nós vamos rastrear os IPs, vamos rastrear os computadores onde esses bandidos, ladrões, estão tentando atacar vereadoras, vereadores, como eu, que defendem a democracia, a soberania, e nós vamos continuar defendendo. Canalhas nas prisões, golpistas nas prisões. Onde já se viu, como eles querem, tentar dar um golpe e garantir isso nas redes sociais, propagando, divulgando livremente nas redes sociais. Canalhas, canalhas, é o que são! Então, queremos, sim, regulamentação das redes sociais. Chega de ódio, chega desse inferno de mentiras e *fake news*, atacando as pessoas. E aqui em Porto Alegre uma vereadora também foi atacada, vilipendiada – a gente lembra muito bem – por aquele grupelho de almofadinhas, de *playboys*. Eu nem era vereador nesta Casa, nem era vereador, e foi com uma vereadora de direita, para não dizerem aqui que tenho posição ideológica. Por último dizer o seguinte: aqui em Porto Alegre tem 36 vereadores, mas a maioria não fiscaliza o governo Melo. Olha a obra podre que o governo Melo estava fazendo no Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro – o telhado voou antes de inaugurar a obra, Ver. Oliboni. Eles não se cansam de se envergonhar. Este é o governo da vergonha. Eu fui ali olhar o asfalto na frente da orla, que eles colocaram agora faz um ano. Ainda bem que aquele secretário foi embora, porque o asfalto dele não presta, foi embora; o Melo – acertaste Melo, nessa tu acertaste, parabéns, palmas para ti, tirou o

secretário. E asfalto está esfarelado, não tem um ano o asfalto aqui na orla, está esfarelado. Aí eles vêm dizer que o candidato à reeleição que transformou a cidade, que botou asfalto nas zonas ricas. Ele botou asfalto nas zonas ricas que vai esfarelar, porque privatizou as duas usinas de produção de asfalto, da Restinga e do Sarandi – isso é o privado. Quem é que está fazendo a obra no PA da Lomba do Pinheiro? É o privado. Aí eles dizem: “Privatiza que melhora.” Apagão e oscilação de energia elétrica na capital. A Equatorial é uma vergonha, é uma vergonha. Aí eles continuam dizendo: “Privatiza que melhora.” Esse que está caminhando aqui na minha frente, não sei por que, ele fica caminhando aqui na minha frente, tem que ficar ouvindo. Tu és um que defende em tudo o que é lugar: “Privatiza que melhora.” Acho que tu tens, para acabar Presidente, Ramiro, um gerador a diesel na tua casa; por isso que tu estás achando bom a Equatorial.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha nossa sessão nesta tarde, primeiro, a nossa solidariedade aos taxistas que estão aqui hoje à tarde, esperando que seja votado seu projeto de lei e esperando o consenso do plenário para poder viabilizar essas mudanças tão importantes que os taxistas querem para seu trabalho, o sustento de suas famílias. E a Câmara vai legitimar, claro, com certeza, essa demanda trazida pelos taxistas. Mas, quando ouço algumas intervenções mais da direita ligada ao Bolsonaro, elas, na verdade, não dialogam com a vida na cidade, com a vida do cidadão no dia a dia, porque estes governos esquecem que estão governando. Olha o que está acontecendo na nossa querida Porto Alegre, onde moramos, onde andamos todo dia pelas comunidades e ouvimos o povo reclamar: é o lixo na rua, são as árvores ainda muitas delas caídas, não recolhidas, mas é uma enorme fila nos postos de saúde, hospitais abarrotados. E, mais do que isso, ainda tem gente que está indignado com a posição do atual prefeito, quando votou favorável à privatização da CEEE, mas que agora o próprio prefeito diz que não consegue falar com a direção da CEEE. É aqui em Porto Alegre, é no Estado do Rio Grande do Sul, é uma asneira essa ideia de que o Estado, isto é, governo Leite, e o próprio prefeito insiste nas privatizações. Aconteceu aqui com a Carris, querem fazer com o DMAE, e nós não vamos deixar isso acontecer aqui no plenário, Ramiro, porque o capital está escravizando os trabalhadores, está, sim, porque a maior parte do capital, na verdade, não olha e não reconhece os direitos trabalhistas – aquilo que o Robaina estava falando aqui é de fundamental importância, o direito de ir e vir, o direito de trabalhar, o direito de ter parte do seu dinheiro de imposto de volta, retornar à população em serviço, que é o caso da saúde, da educação, da assistência, algo que não acontece na nossa querida Porto Alegre. Nós acompanhamos, estamos acompanhando todo dia essas enormes filas nas unidades de saúde e nos prontos atendimentos. O meu colega Ver. Jonas trouxe aqui essa questão da Lomba do Pinheiro. No Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro, ontem foi cancelado o atendimento, até então não está tendo atendimentos. Vocês sabem por quê?

Porque as fortes chuvas e ventania de ontem acabaram levando o telhado. Olha que qualidade de telhado tem uma unidade, um pronto atendimento! Lamentavelmente, lá no governo Marchezan, que muitos dos vereadores aqui apoiaram, privatizou dois prontos atendimentos, o da Bom Jesus e o da Lomba do Pinheiro, e até então essa empresa se comprometeu com uma ampla reforma para transformar esses dois pontos de atendimento em UPAs, mas não teve nada de investimento para ampliar o atendimento. Agora está uma briga porque, como eles não cumpriram contrato, eles tinham que sair, mas o governo não toma iniciativa; tirou os servidores públicos e agora ficou uma situação caótica em que a população da região leste, tanto na Bom Jesus como na Lomba do Pinheiro, não está tendo atendimento. E o governo municipal, com vários concursos feitos, não chama os trabalhadores que passaram na área da saúde, enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem, agentes comunitários, agentes de endemias, mas lamentavelmente esse governo está com passo muito lento. Vem a eleição aí e nós vamos cobrar sim, cobrar de inúmeras promessas não cumpridas. E é por isso que este ano é um ano decisivo; cabe à população decidir quem é melhor para a cidade, afinal de contas, a direita bolsonarista não resolveu o problema do País, não está resolvendo o problema de Estado, muito menos em Porto Alegre.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas; Ver.^a Fernanda Barth, o PT é tão totalitário, mas tão totalitário que, quando ele estava aqui antes, o Jonas Reis discursando, eu estava caminhando, e ele dizia: “O que tu caminhas tanto aqui embaixo? Não pode caminhar!” Justo ele, que, recentemente, disse que gosta de andar 7 mil passos por dia, que conta lá no aplicativo dele. Agora, os colegas não podem caminhar no plenário, enquanto ele fala. É a sanha totalitária do PT. Quero dizer para os colegas que hoje, aqui nesta tribuna, abriram as portas do inferno.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Está aqui embaixo, Bosco, aqui em baixo, está aqui, fiscal de gravata aqui. Abriram as portas do inferno hoje nesta tribuna. O Ver. Roberto Robaina subiu aqui para falar de um evento contra o fascismo, que, bom, de fato, Mussolini deve estar queimando no inferno; um evento contra o nazismo, que, bom, de fato, Hitler deve estar queimando no inferno; agora, não fala do comunismo. Por que não menciona também dentro da sua luta contra os regimes totalitários mais sanguinários do século XX? Fascismo, nazismo, por que não mencionar comunismo também? Até porque eu não tenho dúvidas de que Stalin, Khrushchov e tantos outros também queimam no inferno ao lado dos seus colegas aliados de sangue e de maldade: Hitler e Stalin. E aquela velha questão da Porto Alegre que nós queremos, com

tanta pauta para falar, com tanto tema para abordar – hoje aqui estão os taxistas, que, certamente, buscam poder ter uma solução para a sua demanda –, o Ver. Roberto Robaina, do PSOL, vem falar de um evento de combate ao fascismo, ao nazismo e esquece o comunismo, mas nós sabemos muito bem o que está por trás disso. Eu não tenho dúvidas de que qualquer vereador aqui presente, inclusive eu, estaria sim num evento para criticar os regimes totalitários, mas, por trás dessa bandeira, está, na verdade, um ataque à direita, está um ataque à direita que de fascista, de nazista e, muito menos, de comunista não tem nada. Falou da Argentina, de neoliberalismo. Quando eles vêm com esses discursos neoliberais, e antes o Ver. Oliboni, do PT, subiu aqui também e falou, esbravejou contra o capital, meus amigos, parece que eu estou entrando num museu, parece que eu estou entrando num filme de época do PT dos anos 1980, falando sobre o combate ao neoliberalismo. Ora, a Argentina, meu caro vereador do PSOL, Roberto Robaina, graças às medidas implementadas por Milei, ao longo dos últimos meses, conseguiu reduzir drasticamente a inflação que assolava aquele país. Mais de 40% dos argentinos vivendo abaixo da linha da pobreza, o povo com fome, a cidade sem condições de poder dar uma mínima resposta à sua população, graças ao desastre político e econômico perpetrado pelo peronismo, muito especialmente, mais recentemente, pelos corruptos Fernández e Cristina Kirchner. E aí vem aqui criticar o neoliberalismo, vem aqui criticar o que está acontecendo na Argentina. A Argentina deve servir é de exemplo, de modelo para o governo brasileiro do que não fazer no passado e das medidas que precisam ser adotadas agora: controle inflacionário, congelamento de salários, demissões de servidores públicos que não prestam efetivamente um serviço público com compromisso público à sociedade e olham apenas para os seus próprios privilégios e para o seu próprio umbigo. Então, Ver. Roberto Robaina, não sei se desejo aqui sucesso a este seminário, este fórum para tratar hipoteticamente sobre nazismo e fascismo, mas, se for tratar de fato sobre nazismo e fascismo, inclua o comunismo, inclua esse regime que tirou milhões de vidas das pessoas, que agora, recentemente inclusive, para finalizar, se voltou ao tema, com relação ao Holodomor na Ucrânia, onde Stalin comandou a morte de mais de 8 milhões de pessoas por fome, Ver.^a Fernanda Barth! Muito obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT): Questão de ordem, Presidente. O vereador que subiu à tribuna agora, Ver. Ramiro Rosário, ele ficou tão indignado com a minha fala, que eu mostrei que nós temos que defender a soberania, a Constituição contra *fake news*, contra mentira, que ele foi para a tribuna sem gravata. Ele foi correndo, porque ele não pode ver alguém falando contra os bilionários, que ele vai lá, enérgico, com força; então, da próxima vez, pelo menos, venha com gravata, que isso está no Regimento.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Não sei se nós nomeamos agora, dentro da Câmara de Vereadores, o fiscal de gravata. Acredito que o fiscal de gravata aqui é o senhor, Presidente. A gravata está aqui embaixo, mas certamente subi correndo na tribuna, sim, para poder denunciar as denúncias, as falas aqui, absurdas, de Jonas Reis.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está bem, muito obrigado. O Ver. Ramiro diz que está com a gravata por baixo do blusão, está bem, feito o registro.

Vereador Jonas Reis (PT): Mostra a gravata, Ramiro, mostra aqui.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Eu estava aqui tentando sentar ali na minha mesa e ficar concentrada, mas a esquerda só sabe falar da direita. Eu estava tentando me concentrar em coisas produtivas, em ações em prol da sociedade, na defesa dos taxistas que aqui estão, mas vêm esses extremistas de esquerda falar aqui. E nem se eu fosse o Buda ia aguentar ouvir sentada, porque sempre temos que restituir a verdade, senão, aquela velha máxima da esquerda de repetir uma mentira até que ela se torne verdade, acaba acontecendo. Então a gente tem que, obrigatoriamente, vir aqui, por mais que a gente tente fechar os ouvidos para um bando de bobagem que a gente é obrigado a ouvir, começando pelo vereador que foi o primeiro que abriu hoje, líder de *fake news* nesta Câmara de Vereadores, recordista de processo na Comissão de Ética, e vem aqui falar de bilionário – aliás, um homem que fez tudo do zero –, falar em defesa da censura, dizer que a nossa Constituição precisa regulamentar as redes sociais, porque, de outra forma, não existirá leis que combatam a mentira, mas não conhece a Constituição. O vereador que está aqui não conhece a Constituição, que prevê já como crime, calúnia, difamação, mentira, está tudo isso lá, não precisa de leizinha nova, fingindo que está defendendo a sociedade, quando é só para fazer censura. Aprende a ouvir os outros, quando os outros falam, e não me vem com o *mansplaining* aqui, vereador. Então, recordista de processos na Comissão de Ética, não dá para esquecer, não é? Então a gente tem que lembrar: o pior governo de todos os tempos neste País se chama “desgoverno Lula da Silva”. Até agora já subiu mais de R\$ 1 trilhão a dívida bruta, em 80% do PIB, a partir de 2025, soberania... Ele veio falar de soberania, ele veio falar do Elon Musk, agora quer que eu fale de Porto Alegre! Mas não tem vergonha na cara! Soberania, aquilo que o Brasil entrega para a França, na lua de mel do *book* de casamento do Lula com o Macron, de mãozinha, no meio do mato, entregando ali nossas minas de urânio e tudo mais. Esse vereador não tem vergonha na cara, ele vem aqui e mente sistematicamente nos microfones, é o recordista de processos na comissão de ética, não tem credibilidade alguma nesta Casa e aí vem falar desse governo. Hoje, Ver. Ramiro, esta semana, a gente lê ali no jornal, primeira vez que a moeda brasileira desvalorizou mais do que o peso argentino; é uma moeda que está pior do que o peso argentino este mês, graças ao desgoverno Lula. Parabéns ao Milei, que está colocando as coisas nos eixos. Aí vem o vereador aqui, fala um monte de asneiras e sai correndo. Outro vereador que eu não vou citar o nome vem falar que agora precisa desse seminário para combater a extrema direita. Extrema direita nem existe neste Brasil; mas a direita, que começa a se organizar nos últimos dez anos. Enquanto nós temos aí décadas de Foro de São Paulo, a gente tem aí

décadas de movimentos organizados de esquerda na América Latina, no mundo, vejam a Internacional Socialista aí. Mas eles não podem ver a direita se organizando minimamente, eles ficam loucos, eles querem ser os hegemônicos, os donos do discurso único, os donos de todos os meios; não vão ser! Não vão ser. E se querem fazer realmente um evento sério de combate ao fascismo e ao nazismo, coloquem, sim, o comunismo junto, como disse o Ver. Ramiro, coloquem todas as ideologias nefastas, assassinas e genocidas juntas nesse debate; porque senão é hipocrisia, porque senão é só um lado da moeda. Nós queremos ver, sim, ver todos tratados da mesma forma, porque são todas ideologias que odeiam a liberdade de expressão, que odeiam a liberdade de opinião, que odeiam a pluralidade democrática e política e que querem fazer valer só um lado, e isso nós não vamos aceitar. A direita está organizada, vai se organizar cada vez mais; não permitiremos, sim, discurso único, censura e perseguição política, como tem se visto neste País. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Presidente, peço que pare o cronômetro até o vídeo aparecer.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Colegas vereadores; obrigada Presidente Mauro Pinheiro pela oportunidade, agradeço à liderança do Republicanos. Hoje eu venho apresentar aqui para os colegas da Câmara de Vereadores e para o público nos acompanha, tanto nas galerias como na TVCâmara, um pouco mais da realidade – nós estamos no dia 17 de abril de 2024 – do nosso sistema de saúde. Por que eu trago aqui essa realidade? Ontem eu estive na UPA Bom Jesus, e a realidade é triste, Ver. Cassiá. Num sistema em que comportam 6 pessoas nós temos 15 pessoas; então nós temos pessoas na rua esperando, nós temos pessoas nos corredores sendo atendidas em macas improvisadas, nós temos crianças em que o médico fica na dúvida se ele chama para atender, mas se ele chamar para atender, onde ele vai colocar aquela criança, porque ele não tem mais leitos, e essa é a realidade de quem está lá na Bom Jesus. Esta mesma vereadora tomou a liberdade de percorrer mais locais da cidade. Eu fui ao Hospital, o nosso central, Presidente Vargas. Lá, num sistema de tranquilidade, nós vemos leitos sobrando para as mesmas crianças, afinal são todas crianças de Porto Alegre, são todas as nossas crianças. Então, num sistema em que nós temos realidades distintas, em um sistema que deveria ser o único, Ver. Gilson, eu me pergunto: o que está acontecendo na saúde de Porto Alegre? Nós estamos no dia 17 de abril, todos nós sabemos que nós estamos teoricamente num momento estável, e logo mais, no próximo mês, no dia 17 de maio, esse movimento não vai mais estar estável. Nós teremos aquele frio chegando, nós teremos os problemas respiratórios se agravando, nós teremos, sim, as

emergências pediátricas lotando. E a minha pergunta é: por que estamos tendo essa realidade na nossa cidade? Porque está faltando gestão do sistema de saúde. E buscando informações, eu já estou buscando contato com o secretário de Saúde, mas nós sabemos a dificuldade de termos informações. Por isso que eu trago aqui para vocês, vereadores, porque nesta tribuna aqui, muitas vezes, o debate toma temas ideológicos. A gente debateu aqui hoje o fascismo, o comunismo, o governo Lula, o governo Dilma, o governo Bolsonaro, a ideologia, o Fórum de São Paulo, a Amazônia, até o Macron da França, nós já debatemos nesta tribuna. E a gente esqueceu de Porto Alegre! A gente esqueceu da capital e por que a gente foi eleito. E, para que todo mundo que vai para a urna neste ano, Ver. Mauro Pinheiro, vai pedir voto. Nós não vamos pedir voto para falar do Macron, nós não vamos pedir voto para falar da Dilma; nós vamos pedir voto para população de Porto Alegre que quer saúde de qualidade, quer que seu filho seja atendido no hospital e que não demore horas; para que aquele médico não tenha que fazer escolha de Sofia, que é não ver o paciente, ou, se o vir, não saber o que fazer – essa é a realidade. Então me preocupa, em meados de abril, o nosso sistema de saúde estar falido, nós não estarmos debatendo isso na Câmara de Vereadores. As capas dos jornais estão debatendo por nós, a imprensa debate o que a Câmara de Vereadores se omite e o que o governo também se omite em passar informações fidedignas. Quando nós temos, lá na UBS do Sarandi, a falta de profissionais e a falta de espaço, não é por ter gente da GPA, da Grande Porto Alegre acessando, é por a nossa própria população estar acessando e não estar tendo acesso. Então, nós, vereadores, temos que fiscalizar, temos que cobrar e temos que ter a seriedade do papel que nós fazemos aqui como eleitos. Se nós queremos fazer vídeo no Instagram, queremos postar vídeos e lacrar na rede social, façamos isso como influenciadores e não como parlamentares. Como parlamentares, nós temos que dar resposta para 1,5 milhão de porto-alegrenses que carecem de saúde, educação, saneamento básico, e nada disso se falou no dia de hoje, e eu sou a oitava pessoa a falar neste Parlamento neste momento. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(O Ver. Gilson Padeiro assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente Mauro, demais colegas vereadores e vereadoras, de fato fazer política, como dizia a Ver.^a Fernanda, exige muita paciência. Eu, por exemplo, penso que exige muita paciência um colega vereador subir nessa tribuna, falar ao mesmo tempo sobre comunismo e nazismo, sem considerar que foram os comunistas fundamentais para a derrota do nazifascismo na 2ª Guerra Mundial. Talvez seja por isso que defenda que não haja estudo de história, de sociologia na escola pública, se sente confortável que dessa tribuna se fale tantas bobagens. Eu não sei que tipo de atenção eu terei na tarde de hoje aqui no plenário, mas hoje eu decidi falar sobre um tema, Ver.^a Mari, de dimensão nacional, com profundo

impacto em Porto Alegre e em qualquer cidade brasileira. Um tema difícil, um tema que eu não tenho nada a ganhar eleitoralmente, só tenho a perder, mas falo desse tema porque eu fui um guri que tive na primeira parte da minha infância uma vivência na Vila Funil, no bairro Camaquã, e foi só depois que eu saí da Funil, Conceição, que eu fui entender a diferença que tinha na minha vida para vida de outros jovens ali. Eu ia para a escola e tinha jovens que não iam. Só depois de muito tempo eu fui entender o que aqueles jovens faziam nas esquinas e a relação que passaram a ter com tráfico de drogas. A questão fundamental para mim é que a relação daquela gurizada com tráfico de drogas significa, acima de tudo, um fracasso do Estado, que não garantiu acesso à vaga na creche, não garantiu educação de qualidade, o Conselho Tutelar que eventualmente não funcionou. E ontem eu fui dormir bastante triste e frustrado, porque o Congresso Nacional aprovou uma PEC, chamada de PEC das Drogas. Eu considero que quem votou a favor daquela PEC divide-se em três grupos: o primeiro, aqueles que têm profundo desconhecimento sobre o tema; o segundo grupo, eventualmente de senadores bem intencionados, mas que cometeram um erro grave, Oliboni; e, por fim, aqueles que são desonestos, hipócritas. Eu considero uma canalhice. A tentativa do Senado é de impedir o julgamento no STF de uma ação que, se houver maioria, Ver. Pedro Ruas, vai descriminalizar o uso de drogas.

Fico me perguntando se algum senador ou se algum colega vereador ou vereadora, quando encontra alguém na rua, usuário de *crack*, olha para esse cidadão e enxerga ali um criminoso ou se enxerga alguém doente. Se alguém olha para um usuário de *crack* e não enxerga alguém ali que está com um problema social e de saúde, se não enxerga isso, essa pessoa perdeu a humanidade. Não dá para tratar do tema das drogas como uma agenda moral.

A questão das drogas precisa ser tratada como uma questão social, de saúde pública. Esse é um tema, Ver. Cecchim, que tem profundo impacto entre a juventude, e eu preciso dizer que aqui a juventude se divide em dois grupos: uma juventude de classe média e filha das elites, que usa cocaína, vai para a festa e usa “bola”, usa “doce”, mas essa juventude não é tratada como criminosa. Agora, os moleques de vila são; os moleques que eu falava antes que não têm vaga na creche, que, quando chega na escola, não tem condição de ter aula, porque não tem ar condicionado para aguentar o calor, não tem merenda. A diferença é que essa lei e essa guerra às drogas atingem só uma parcela; essa guerra está a serviço de encarcerar a juventude negra apenas.

Para concluir, Presidente, eu pego os dados do Sul do País. Nós sabemos que o Sul do País tem uma maioria branca, e só 16% dos julgamentos com relação a drogas, no Sul do País, são de pessoas brancas. Alguém aqui acha que geneticamente pessoas negras são mais propícias à relação com as drogas do que as pessoas brancas? Tenho certeza que não. E, se não é uma condição genética, é um problema social, é um problema de saúde pública. Eu volto a dizer, eu subo nesta tribuna, não para ganhar absolutamente nada eleitoralmente com esse tema. Esse é um tema difícil, utilizado muitas vezes para se dizer que se pretende defender a família, defender a saúde. Mas o mundo nos mostra que para enfrentar esse tema, ele precisa ser tratado como uma questão de saúde pública, redução de danos, garantia de direitos, garantia de oportunidades, para que a juventude

possa construir outro futuro e – para concluir de verdade, Presidente Gilson – antes de alguém, por aí, direta ou indiretamente, dizer que eu também sou um drogado, quero dizer para vocês que eu me orgulho muito de ter saído lá da Vila Funil, ter me formado numa universidade como a UFRGS, que foi até pouco tempo atrás, a melhor universidade federal do País. Sou o vereador mais jovem desta legislatura, uma tradição católica, batizado, catequizado, crismado, um cidadão de bem, um defensor da família. Quero constituir a minha, adotar meus filhos, construir uma família diversa. Sei que defender a família não é por esse caminho que criminaliza, em especial, a juventude preta e pobre do nosso País.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): (15h18min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h21min.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h29min) Reabertos os trabalhos. Conforme acordo de líderes, tem o requerimento do Ver. Claudio Janta, que vai ser explicado aqui pela Diretoria Legislativa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O requerimento de que trata o Ver. Claudio Janta é um pedido de destaque do § 7º, do art. 39, da Lei nº 11.582 alterado pelo art. 3º do PLL nº 573/23. A orientação de votação é a seguinte: “sim” mantém o dispositivo, aprova o dispositivo destacado; “não” rejeita o dispositivo destacado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Entendido pelos vereadores? Não entenderam?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos refazer a orientação. O dispositivo destacado, ele vai ser votado em separado. Isso é o destaque. Então, “sim” aprova o dispositivo e “não” rejeita o dispositivo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Se votar “sim” mantém como está, se votar “não” rejeita o que está e retira o artigo. Podemos, então, iniciar?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A matéria em questão é o número um da lista, PLL nº 573/23, de autoria do Ver. José Freitas, que altera diversos dispositivos da legislação referente ao serviço público de transporte de passageiro individual por táxi.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vamos votar o destaque. Ver. José Freitas, o senhor quer nominal ou simbólica? (Pausa.) Então, solicito a abertura do painel, vamos votar o destaque, requerimento feito pelo Ver. Claudio Janta. Se votar “sim”, aprova o requerimento do Ver. Claudio Janta; se votar “não”, é contra o requerimento e mantém o que está. É isso? Não?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos reiterar a orientação. No caso de destaque, o que se vota separadamente é a parte destacada, e é uma votação normal: “sim” aprova o texto destacado, o dispositivo destacado; “não” rejeita o dispositivo destacado. É como se fosse uma votação normal, só que apenas dessa parte, da parte destacada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Conseguiram entender? (Pausa.) Não? (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Para manter o § 7º do projeto de lei, vota-se “sim”; para retirar o § 7º, vota-se “não”. (Pausa.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. José Freitas, o § 7º do art. 39 da Lei nº 11.582, de 2014, alterado pelo art. 3º do [PLL nº 573/23](#). (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 15 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura da Emenda nº 01 ao PLL nº 573/23, que será votada a seguir.

(Procede-se à leitura da referida emenda.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 01 ao PLL nº 573/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 30 votos **SIM**. Fica registrada a intenção da Ver.^a Tanise Sabino e do Ver. Alvoní Medina em ter votado “sim”.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 573/23. (Pausa.)

(Procede-se à leitura da referida subemenda.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 02 ao PLL nº 573/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 30 votos **SIM**.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 573/23. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 04, ao PLL nº 573/23. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Emenda nº 04 tem uma prejudicialidade parcial quando altera o porta-malas para veículos elétricos para 280 litros, porque esse já foi objeto da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, que foi rejeitada. Então pode aprovar o dispositivo, com exceção da prejudicialidade em relação aos 280 litros para carro elétrico.

Vereador Jessé Sangalli (PL): Já que está prejudicada em partes, o nosso diretor pode explicar como vai ficar o texto, considerando já o que foi aprovado? Poderia nos explicar o texto como vai ficar, considerando o que já foi aprovado e tirando a parte prejudicada?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Olha, vereador, eu não tenho como fazer isso agora. Eu teria que analisar o projeto, e isso não é função da Diretoria.

Vereador Jessé Sangalli (PL): É que eu acho que o pessoal vai querer saber, né?!

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Jessé, talvez o Ver. Freitas possa...

Vereador Jessé Sangalli (PL): Para votar tem que saber, não é?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É claro, perfeito, está correto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está suspensa a sessão por dois minutos para os vereadores entenderem como ficará a Emenda nº 04 com a prejudicialidade.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h45min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h47min) Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Nós estávamos analisando, a Emenda nº 04 ficou prejudicada. Então, eu solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLL nº 573/23. Ela é desnecessária.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós vamos entender que a emenda está totalmente prejudicada, então, pela rejeição da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, está prejudicada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Considerando que a Emenda nº 04 está prejudicada, passamos à votação do projeto. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLL nº 573/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**. Aprovado o projeto do Ver. José Freitas. Parabéns a todos os taxistas presentes no plenário, parabéns pela aprovação do projeto, uma luta de todos.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 054/24 – (Proc. nº 0264/24 – Ver. Jonas Reis) – requer seja o período de Comunicações do dia 22 de abril destinado a homenagear a Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA. **(SEI 210.00189/2024-78)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [Requerimento nº 054/24](#). (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): É só para explicar... Presidente, tem que ver a questão do microfone para as pessoas mais altas. Só explicar por que eu vou votar contra esse projeto, nada contra a entidade homenageada... Bom, eu vou ter que começar a usar microfone de pegar na mão, porque assim é difícil, porque, para as pessoas mais altas, fica longe, entendeu?

Mas eu queria, na verdade, iniciar um debate aqui entre os vereadores sobre essa questão de fazer homenagens em dias de sessão. Isso deveria ser alterado e vai passar por nós negarmos a data do dia de sessão para essa homenagem, para poder fazer essas homenagens, por exemplo, na quinta-feira, quando regimentalmente nós temos sessão, mas geralmente não é utilizada para essa finalidade. Na Assembleia Legislativa é assim, isso ajudaria a aumentar a produtividade nossa aqui na Câmara, porque o que acontece: na segunda-feira, a sessão começa às quatorze, e é dezessete horas e a gente ainda está terminando de fazer homenagens e fazendo o acolhimento de demandas que também são legítimas, e que eu acho que deveria passar a ser feito num dia adequado. Então nada contra a entidade, acho que ela merece ser homenageada, mas para um dia de sessão, se nós não iniciarmos esse processo de não autorizar em dias de sessão, a gente vai continuar

até o final do mandato fazendo isso na segunda-feira, que é um dia nobre para apreciação de projetos. Lembrando: a gente está chegando agora no período pré-eleitoral, faltam menos de 180 dias para a eleição, e se daqui até o período eleitoral nós continuarmos, na segunda e na quarta-feira fazendo homenagens – eu sei que geralmente é na segunda-feira –, a gente vai perder muita produtividade para os projetos que importam para a cidade. As homenagens são justas, devem ser feitas, mas podem ser feitas após a sessão, ou na quinta-feira, que é previsto regimentalmente. É isso aí, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Muito obrigado, Ver. Jessé.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé Sangalli, o Requerimento nº 054/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1355/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 159/18, de autoria dos Vers. Márcio Bins Ely, Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvon Medina, Claudio Janta, Dr. Goulart, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Reginaldo Pujol, que assegura aos doadores de sangue reserva de, no mínimo, 1 (uma) vaga em estacionamento público ou privado situados em frente aos bancos de sangue e hemocentros localizados no Município de Porto Alegre. **(SEI 087.00006/2020-62)**

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEFOR. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto;
- da CUTHAB. Relatora Ver^a Karen Santos: pela aprovação do Projeto;
- da CEDECONDH. Relator Ver. Pedro Ruas: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, dos Vers. Tiago Albrecht (Líder da Bancada do NOVO) e Ramiro Rosário;
- incluído na Ordem do Dia em 02-10-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 159/18](#).
(Pausa.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCE nº 018/23 da priorização de votação e adiado por duas sessões.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, gostaria de informar que hoje, ao entrar na reunião de líderes, que durou 5 minutos, quando eu iria me dirigir para falar pedindo a priorização do meu projeto, o PLL nº 665/23, a reunião já havia terminado. Então, gostaria de incluí-lo na priorização de votação da próxima sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A senhora quer priorizar para segunda-feira?

Vereadora Mônica Leal (PP): Semana que vem, quarta-feira. Obrigada.

Vereador Aírto Ferronato (PSB) (Requerimento): Sr. Presidente, vou no mesmo sentido, quando eu ia entrar na reunião, eu recebi uma ligação. Cinco ou seis minutos depois, tinha terminado a reunião. Tinha um requerimento, mas faço na semana que vem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Como sou coautor do projeto, preciso de um dos vereadores da Mesa que não seja autor do projeto para presidir. Ver. Gilson Padeiro, pode presidir aqui, vereador?

(O Ver. Gilson Padeiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Não há quem queira discutir o PLL nº 159/18. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 159/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 159/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, queria colocar aqui a minha intenção de votar contrário à Emenda nº 01. Como não foi nominal, não consegui fazer o meu voto, mas eu queria votar contrário à Emenda.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Gostaria de registrar também, Presidente, a minha intenção de ter votado “não” à Emenda nº 01.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Vou registrar também o meu voto contrário a essa proposição.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Registro “sim” à emenda, está difícil de entrar aqui.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Registrado, vereadores.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que pede o adiamento de duas sessões para a votação do PLCE nº 018/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 398/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, da Ver.^a Cláudia Araújo e do Ver. Moisés Maluco do Bem, ao PLCE nº 018/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 018/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, da Ver.^a Cláudia Araújo e do Ver. Moisés Maluco do Bem, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLCE nº 018/23.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLCE nº 018/23.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, ao PLCL nº 004/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 004/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLCL nº 024/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 024/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apegoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Alvoní Medina e da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLL nº 653/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 653/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 004/24, por uma sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 053/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**. Registro a intenção de voto do Ver. Airto Ferronato e da Ver.^a Karen Santos em votar “sim”.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 053/24 – (Proc. nº 0261/24 – Ver. Aldacir Oliboni) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Cannabis Terapêutica em Porto Alegre. **(SEI 021.00067/2024-17)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [Requerimento nº 053/24](#). (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos; algumas questões têm que ser ponderadas aqui, e nem vou entrar no mérito de que nós já temos centenas de frente parlamentares que geralmente não discutem nada nesta Casa. Se nós fôssemos fazer um requerimento ou um projeto de lei que anulasse a existência das frentes

parlamentares, caso, em seis meses, elas não fizessem uma reunião, 95% das frentes parlamentares aqui estariam canceladas. Isso é um fato. Então, muitas vezes a frente parlamentar é muito mais para cravar uma bandeira ideológica, para dizer que se preocupa com algo, do que, de fato, para defender aquela coisa ou discutir algo naquele sentido – esse é o primeiro aspecto. O segundo aspecto é que muitas vezes a discussão da utilização terapêutica da *Cannabis* é utilizada como um pretexto, não para discutir, de fato, aquilo que é necessário, que é utilizar todos os mecanismos necessários para tratar doenças, com isso todos nós concordamos. Ninguém é contra, por exemplo, a utilização de ópio hoje para fazer anestesia para tratar pessoas que precisam entrar em coma para fazer algum tipo de cirurgia, um coma induzido para fazer algum tipo de cirurgia; ninguém é contra a utilização da ciência para utilizar isso de modo a trazer o bem das pessoas, mas a Frente Parlamentar em Defesa da Cannabis Terapêutica em Porto Alegre que não tem condições legais de aprovar projetos nesse sentido, obviamente é muito mais sinalização de virtude do que de fato avançar no debate de modo propositivo. E ontem, ainda nesta semana, foi aprovado no Senado Federal a proibição do porte de qualquer quantidade de drogas, qualquer quantidade de drogas. E é óbvio que essa discussão, essa frente parlamentar não tem por intenção simplesmente discutir a questão do uso terapêutico, mas, sim, tentar trazer uma licença poética para que alguns grupos possam utilizar dessa licença poética para, eventualmente, poder distorcer a lei, distorcer a regra a seu favor. Então, nessa lógica, nesse sentido, eu anuncio que votarei pelo “não” e acho que falo pelo PL que também votaremos todos “não”, porque essa frente parlamentar é um jabuti, uma coisa que se propõe a dizer algo e, na prática, vai tratar de outra coisa. Agradeço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assistências, a Ver.^a Fernanda Barth está suscitando um tema que eu acho muito oportuno no debate sobre essa frente parlamentar que é a liberdade de expressão. Eu devo votar a favor desse projeto, porque é uma frente parlamentar e, dificilmente, eu voto contra a formação, que é um direito precípuo do vereador e da vereadora desta Casa, a não ser que seja algo inconstitucional. E eu não tenho por que duvidar que o Ver. Oliboni vai constituir uma FP em defesa da *Cannabis* terapêutica, remédio. Tem remédios contra dor – Ver.^a Lourdes, que me dá a sua atenção – que são do ópio, que pode ser uma droga aliás. Então, é um voto de confiança ao Ver. Oliboni. Mas o que a Ver.^a Fernanda Barth está levantando eu acho oportuno, que é a liberdade de expressão. Outro dia, um filiado do meu partido, Ver. Cecchim, foi fazer uma pergunta para uma pré-candidata à prefeita de Porto Alegre, sabe o que ele levou de resposta? Um soco na cara.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Vai estar na minha rede hoje, vereador, @tiagojalbrecht. Nós vimos um outro deputado federal de esquerda chutando o traseiro de um pagador de impostos em Brasília. Eu não vou entrar aqui, eu até conversava antes com o Ver. Robaina, não é o meu estilo de fazer arguições, não vou entrar nesse mérito, mas eu acho que esse projeto me proporciona dizer que a liberdade de expressão, em tempos de censura, por parte de Alexandre de Moraes, ela precisa prevalecer, a não ser, repito, se fosse defender drogas, não é o caso do Oliboni, que é o que está aqui na ementa, *Cannabis* terapêutica, remédio. É o meu voto, estou aqui no tempo de discussão, não é de encaminhamento pelo NOVO, dando o meu voto de confiança, mas eu acho que nós temos que refletir sobre o direito da liberdade de expressão. Não pode um deputado da esquerda tirar a chutes um cidadão, Ver. Bosco, do Congresso Nacional, por mais que esse cidadão possa estar ali querendo, encostando. Chama a segurança do local, se for o caso. Não pode um filiado do meu partido fazer uma pergunta sobre se a candidata ia criticar o filho do Presidente da República, Ver. Cláudio Conceição, que tem uma medida protetiva contra si e como resposta ser empurrado e levar um soco na cara. E aí vai o deputado federal de esquerda, lá em Brasília, dizer que quer exterminar os liberais. Não! Derrota das urnas, derrota no debate, derrota na proposta, mas não exterminar. Pode ser que eu não concorde com alguma coisa que o Oliboni vai trazer na Frente Parlamentar, mas eu não vou exterminar o Oliboni, Ver.^a Fernanda Barth, não vou tirá-lo chute, não vou pedir que algum assessor dele seja tirado a chute. Essa não é a democracia e a liberdade de expressão que nós queremos, Ver. Fraga, aliás, tivemos um debate em alto nível, mesmo discordando, há poucos minutos, na Rádio Guaíba. Então, eu até peço desculpas à Ver.^a Fernanda, eu trouxe do chão do plenário para o microfone o debate, mas eu achei importante, vereadora, eu achei importante, Ver. Pablo, que a gente possa ter a liberdade de expressão plena, mesmo que eu discorde, que eu fique incomodado, eventualmente chame a segurança, “olha, esse cara aqui está atrapalhando”, mas a liberdade de expressão precisa prevalecer. Então que o Ver. Oliboni faça bom uso de sua Frente Parlamentar, o meu voto será “sim”. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Mauro, colegas vereadores, público que está nas galerias e público que nos assiste pela TVCâmara; eu quero dizer que aqui a direita está dando uma aula de democracia. Uma aula de democracia que diz exatamente que aquele vereador que tem legitimidade, que teve voto na urna e que está aqui representando uma parte da população de Porto Alegre tem todo direito, Ver. Oliboni, de montar a sua frente parlamentar, tem todo direito. E já antecipo, vai ter meu voto “sim”, porque nós não podemos ter uma teoria e, na prática, fazer de outra forma. Mas eu gostaria de ver, nesta Câmara, a maturidade política das pessoas, porque, por várias e várias vezes, eu vejo imaturidade. Eu mesma sou atacada pessoalmente e não contra as minhas ideias, e isso é muito ruim para uma Câmara

Municipal da capital dos gaúchos, que diz que tem toda legitimidade para mostrar para os outros municípios que é grande, que é altaneira, que tem princípios e que há uma coexistência pacífica aqui dentro, o que, infelizmente, não há. Quando eu subo a esta tribuna, eu debato ideias com os colegas vereadores, principalmente aqueles que não têm a mesma ideologia, eu debato posicionamentos, eu debato questões que são muito caras para mim e para aquelas pessoas que votaram na Comandante Nádia. Os senhores jamais verão eu aqui batendo na esposa, no marido de alguém, na cor de alguma pessoa, na decisão sexual e seja lá o que for. Nós temos que decidir e falar sobre ideias. Agora, aqui, nós estamos mostrando essa altivez de eu dizer ao Ver. Aldacir Oliboni, do PT, que eu votarei “sim” à sua Frente Parlamentar sobre a defesa da *Cannabis* terapêutica. Ponto. É sobre isso sim, nada mais, *Cannabis* terapêutica. Mas eu vi, aqui nesta tribuna, vários vereadores falando mal exatamente da Frente Parlamentar da Ver.^a Fernanda Barth, contra a doutrinação da ideologia nas escolas, quando ela quis instalar. E aí eu vi gente votando “não”, falando mal. Cadê, Ver. Giovanni Culau e Coletivo, a liberdade das pessoas de serem inclusive chamadas pelo seu nome político? Porque várias vezes eu ouvi aqui vereadores dizerem: “Tu não és comandante”. Não, que eu não sou comandante aqui, eu sei. O quartel é bem organizado, mas o meu nome político é Comandante Nádia, assim como Claudio Janta não tem Janta no sobrenome, as pessoas defendem e falam, e é legítimo. Conselheiro Marcelo, Psicóloga Tanise, a falta de respeito neste plenário é enorme, e eu vou dizer para os senhores, é grande, é altaneiro, é digno aquele que diz sim à liberdade das pessoas, Voltaire já dizia. Eu posso não concordar com nada que as pessoas dizem aqui, principalmente, o pessoal da esquerda, mas eu vou defender até à morte o direito de vocês dizerem. E é isso. Essa é uma política madura, essa é a política que Porto Alegre precisa, de pessoas que não olhem quem, mas olhem o direito, a liberdade, para mim, é a coisa mais cara que eu possuo e eu tenho certeza de que os senhores também, porque vida sem liberdade é escravidão. E aqui, nós todos somos líderes para termos, para concluir, a liberdade de colocarmos a frente parlamentar que nós bem entendemos, porque a gente tem consciência de que ela deve fazer um trabalho frutífero nesta Casa. É “sim”, Ver. Oliboni, parabéns!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Giovanni Culau?

Vereador Giovanni Culau e Coletivo (PCdoB): Em que pese tenha ficado feliz com a maturidade demonstrada nesta ocasião pela Ver.^a Comandante Nádia, só gostaria de compreender, porque o Ver. Jessé havia feito encaminhamento, imagino que pelo PL. Então, quero entender por que partido foi o encaminhamento feito nessa oportunidade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereadores, só para esclarecer, nós estamos votando um requerimento. Como são encaminhamentos e não tem discussão, o encaminhamento é um vereador por partido. Então, O Ver. Jessé falou pelo PL e a Ver.^a

Comandante Nádia, com o consentimento do Ver. Idenir Cecchim, fala pelo governo, pode ser, vereador?

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O projeto é um projeto, é um requerimento, só cabe encaminhamentos. Então, o Ver. Jessé Sangalli falou pelo PL, a Ver.^a Comandante Nádia falou pelo governo, e o Ver. Tiago Albrecht falou pelo NOVO.

Vereador Jessé Sangalli (PL): Sim, eu não tinha consultado a bancada. De fato, eu falei que acreditava que seria a posição dos vereadores, mas eu vou seguir a orientação da bancada e vou acompanhar a bancada nisso. Então só para esclarecer ao Ver. Giovani Culau, que estava atento às falas do PL, acho que está interessado em nosso posicionamento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, vereador. Só lembrando que é um requerimento, projeto do Ver. Oliboni, então são encaminhamentos, é um por bancada, mais o autor do projeto, que, no caso, é o Ver. Oliboni, que se inscreve para falar agora como autor do requerimento.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/24, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Queria saudar o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Quero dizer que a Frente Parlamentar em Defesa da *Cannabis* Medicinal dialoga com a dura realidade que nós temos na nossa cidade, no nosso Estado, no nosso País, podíamos dizer assim, de ainda não termos o medicamento liberado pelo Sistema Único de Saúde. Nós discutimos esse assunto aqui na Câmara, já aprovamos um projeto de lei nesse sentido, mas é preciso continuar o debate, porque a gente não consegue tudo isso do dia para a noite. É preciso continuar o debate. É preciso viajar a Brasília. É preciso convencer, na verdade, inúmeros órgãos que trabalham com a liberação, no caso da Anvisa, já reconhecida a *Cannabis* medicinal terapêutica. Nós tivemos aqui, na Casa, um colega vereador que militava muito nessa área, que é hoje deputado, Leonel Radde. Essa frente já existia aqui na Casa e eu estou trazendo de volta, porque olha só: quem, na verdade, já utiliza a *Cannabis* medicinal terapêutica? As pessoas que sofrem, por exemplo, de Alzheimer, epilepsia, autismo, tem uma infinidade de patologias ou diagnósticos que hoje se utilizam da *Cannabis*. A própria associação, a Acuracan, tem mais de dois mil pacientes cadastrados hoje que já estão utilizando a *Cannabis*, nós temos aqui vereadores que inclusive deram depoimento, aqui desta tribuna, o Ver. Janta, que usa a *Cannabis*. Eu estive conversando, há poucos dias, com a Acuracan, junto com o secretário de saúde, e me surpreendeu que ele também disse que tem familiares que utilizam a *Cannabis*. Existe hoje um movimento – não é só municipal –

estadual, nacional para trazer essa possibilidade de que esses medicamentos, hoje reconhecidos pela própria Anvisa, possam ser distribuídos, possam ser oferecidos pelo Sistema Único de Saúde. Portanto, a Frente Parlamentar abre esse debate, vai continuar debatendo na Casa, com a sociedade, e é por isso que nós vamos, com certeza, constituí-la, e por isso peço apoio da grande maioria ou de todos os vereadores e vereadoras. E todos estão convidados para esse debate, e, quem sabe, consigamos esse grande efeito de trazer a *Cannabis* como um medicamento fornecido pelo nosso Sistema Único de Saúde, que é o nosso objetivo principal. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/24.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, subo à tribuna para falar em nome do meu partido, portanto agradeço à Ver.^a Karen Santos – nossa líder –, ao Ver. Roberto Robaina e ao Ver. Pedro Ruas. Vereadores e vereadoras, por óbvio, uma frente parlamentar para debater os efeitos benéficos do CBD, do canabidiol, que é um dos principais princípios ativos extraídos da planta popularmente conhecida como maconha, deve ser aprovada. Porém, encontra-se no nosso País uma discussão muito atravessada a respeito de atribuição dos poderes. Eu fico muito decepcionado com a classe política brasileira, principalmente aquela instalada em Brasília, porque o Supremo Tribunal Federal está debatendo não a descriminalização da droga; existem diferentes decisões judiciais que são divergentes quanto a definir o que é posse e o que é tráfico. Existem alguns juízes e delegados também que entendem que até 60g é posse, que até 100g é posse, não é configurado tráfico, e em virtude de decisões judiciais divergentes, o Supremo decidiu: “Vamos discutir, vamos chegar a um consenso de qual a quantidade será definida por conta do *vacuum legis* existente” – o vazio da lei, que não estabelece esses limites –, “vamos definir aqui no Supremo qual é a quantidade de droga que vai ser considerada posse e a partir de quanto será considerado tráfico”. Esse era o debate no Supremo Tribunal Federal, mas a classe política desqualificada, rasteira, bagaceira que se instalou em Brasília, em especial no Senado Federal deste País, entortou – entortou! – o debate do Supremo e decidiram proibir e criminalizar absolutamente tudo. Senhoras e senhores, todos, acredito eu aqui, em algum momento, já estudaram história, estudaram a história dos Estados Unidos, e o momento da Lei Seca, onde foi terminantemente proibida a produção e o consumo de álcool nos Estados Unidos. O que isso acarretou para a sociedade? O fortalecimento das máfias, o fortalecimento do crime organizado, do comércio clandestino, ilegal, da produção de álcool contaminado, porque era produzido em destilarias clandestinas! Isso foi o reflexo da Lei Seca: aumento da criminalidade. Pelo visto, as mentes brilhantes do século XXI no Brasil, os representantes eleitos da Nação querem aplicar algo semelhante aqui. Vai acabar com o tráfico de drogas? Não! Proibir e criminalizar usuários não vai acabar com o tráfico de drogas, não vai acabar com o uso! O problema é que um piá que é preso pela polícia vai para o paredão, ele vai ser encarcerado, e lá dentro, para sobreviver, ele vai ter que se associar a

algum grupo criminoso e vai ser arregimentado, aí sim, por pessoas que não são nem um pouco boas. Não dá para aceitar esse tipo de coisa, essa mente conservadora de visão limitada, curta, estreita é um retrocesso para o nosso País, é um retrocesso, é uma vergonha o que está acontecendo em Brasília. E vamos pegar essas pessoas que levantam confetes para os Estados Unidos, dos 50 estados americanos, apenas meia dúzia criminalizam a maconha em todas as instâncias, boa parte deles, quase metade, permite o uso da maconha de forma legalizada e segura, mas contra o tráfico, por quê? Porque, ao tornar a atividade legalizada, dentro de regras, com arrecadação de impostos, para concluir, Ver. Mauro Pinheiro, os Estados Unidos, ano passado, recolheram 20 bilhões de dólares em impostos. E a previsão é de recolher 40 bilhões de dólares este ano – este ano! – com a legalização da maconha, o comércio regular e a tributação para investir em saúde, isso é fundamental. Agradeço a atenção de todos e todas, e esperamos ver a aprovação da frente parlamentar do Ver. Aldacir Oliboni. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o Requerimento nº 053/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1092/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 639/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **(SEI 024.00237/2023-71)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- **incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 639/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com manifestação contrária do Ver. Tiago Albrecht.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 031/24 – (Proc. nº 0138/24 – Ver. Jonas Reis) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “ao cidadão Jeferson Tenório, quanto à manifestação de uma diretora de uma escola do município de Santa Cruz do Sul, em rede social, sobre a solicitação ao Ministério da Educação buscar os 200 exemplares do livro ‘O Averso da Pele’, de autoria do cidadão supracitado, enviados para a escola”. **(SEI 210.00093/2024-18)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [Requerimento nº 031/24](#). (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu subo aqui na tribuna e agradeço a possibilidade de me manifestar novamente – a minha bancada do PSOL, Ver.^a Karen, Ver. Pedro Ruas e Ver. Roberto Robaina – para esclarecer para aqueles que não tiveram ainda a oportunidade de ler o livro O Averso da Pele, do Jeferson Tenório, que é um livro que versa sobre discriminação, fala sobre racismo, e é um problema que todos nós, como sociedade, devemos enfrentar. Há racismo em nosso país. A diretora mencionada, para contextualizar justamente essa moção de apoio a um autor, a um escritor em cuja obra – escreveu um livro contra o racismo, denunciando o racismo – existem trechos picantes. Mas, senhoras e senhores, vocês não leram Jorge Amado na escola? Não leram Jorge Amado? Jorge Amado é cheio de trechos picantes e é um dos autores mais celebrados do Brasil. Em algum momento se pensou em retirar das prateleiras das escolas livros, os clássicos do Jorge Amado? Em momento nenhum! A sexualidade humana existe. A recomendação de que tipo de obra é indicada para cada faixa etária cabe aos professores. As crianças da pré-escola, do ensino fundamental 1 não vão ler essa obra, eles leem obras animadas, com desenhos, com figurinhas, estão em processo de alfabetização.

Portanto, votar contrariamente a uma moção de apoio a um autor brasileiro, a um escritor, que dedicou uma obra para o combate ao racismo, das duas uma: ou a pessoa não conhece o autor, não conhece a obra, ou compactua com aquilo que o autor referido critica. Desculpem-me, mas essa é a interpretação. Existem, sim, trechos picantes, insinuações de relações, mas, senhoras e senhores, a literatura brasileira está repleta, porque a sexualidade é própria dos seres vivos, dos seres humanos, e nós somos seres humanos. Portanto, agradeço a atenção de todos e todas, e esperamos ter aí um justo apoio a um autor que sofreu perseguição de uma obra bastante reverenciada nos dias de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Barth, o Requerimento nº 031/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Presidente, para registrar o meu voto, como uma declaração antirracista, eu votei “sim”.

Vereador Airtto Ferronato (PSB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL n° 302/22 da priorização de votação, sendo novamente priorizado na sessão ordinária prevista para a próxima segunda-feira.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Airtto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito adiamento da votação do PLL n° 396/23, de minha autoria, por três sessões, pois estamos tentando negociar com o Executivo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos o requerimento de autoria do Ver. Eng° Comassetto, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 17 de abril de 2024.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. N° 1121/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 653/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que veda a disponibilização de cardápio em meio exclusivamente digital nos estabelecimentos de comércio alimentício no Município de Porto Alegre. **(SEI 032.00042/2023-13)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOP, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 18-03-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 653/23](#).
(Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esse projeto, com a máxima vênia ao Ver. Bosco, com quem temos um relacionamento, ele era do Bobadra e daí foi arquivado em razão da cassação do mandato. Tem um projeto semelhante na Assembleia, do deputado Gustavo Vitorino, do Republicanos, é um projeto que eu colocaria na prateleira das boas intenções. E teve o projeto da impressão do carnê de IPTU, eu até não sei se foi do Cassiá ou se foi do Bosco, de voltar a imprimir. Esse eu votei com V. Exa. porque eu acho que fazia sentido, porque, de fato, há pessoas idosas, contribuintes, enfim, mas aí é o poder público. Aqui, nós estamos interferindo numa atividade privada...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, mas aí a pessoa pode solicitar ao gerente que passe a disponibilizar cardápio, e o restaurante vai cativar aquele cliente. Agora, o restaurante em que não vão os velhinhos, que argumenta aqui do plenário o Ver. Bosco, proponente, vão ter custo a mais, mesmo não precisando. Seja por ideologia liberal, que nós do partido NOVO defendemos, seja pela questão de custos, afinal de contas o cardápio é um custo a mais para o comerciante, não só para imprimi-lo, mas também para disponibilizá-lo, para atualizá-lo, mantê-lo limpo, imprimir de novo. Nós temos hoje a inclusão digital dos mais idosos, todo mundo tem o seu WhatsApp, é possível o restaurante mandar no WhatsApp inclusive. Nós vamos apresentar uma emenda, mas esse projeto, vereador, repito com a máxima vênia e respeito, não deveria receber a aprovação desta Casa. Repito: a intenção é boa, talvez lançarmos uma campanha de conscientização, talvez algum dos vereadores que tem a terceira idade como pauta, eventualmente, com os seus mandatos, fazer uma campanha. Mas eu subi para discutir esse assunto, para dizer que vou votar contrário. Acho que não é necessário exigir, acho plenamente possível que a gente consiga conscientizar aqueles restaurantes que atendam majoritariamente pessoas idosas, que esses restaurantes então, de modo próprio, possam oferecer. É um projeto bem-intencionado, mas lá na ponta, quem vai pagar essa conta, o empreendedor, o dono de restaurante realmente vão ser impactados, e nós entendemos que não é um projeto exequível, na prática aumenta custos, prejudica a concorrência, e mais, coloca uma multa, coloca multa, gente, R\$ 500,00 de multa, é mais um custo, às vezes R\$ 500,00 é o lucrinho do dia ou da semana de um restaurante lá do Seu Zé na Lomba do Pinheiro. Aí vai passar um fiscal e vai multar o Seu Zé porque não imprimiu o cardápio. Nenhum cliente dele usa cardápio mais. Para concluir, vamos costurar uma emenda para tentar contemplar a boa intenção, mas, ao mesmo tempo, proteger quem vai pagar a conta. Obrigado, Presidente

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 653/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Para explicar por que vou votar contra, vou contar uma coisa que aconteceu em Viamão, quando eu era vereador lá. Só vou pedir para o Ver. Jonas não me atrapalhar. Peço para o Presidente retomar o tempo porque o Ver. Jonas está atrapalhando ali. O que acontece? Muitas vezes os vereadores enxergam o problema acontecendo, compadecem-se com problema, e, na boa intenção de resolver o problema, acaba gerando uma lei que visava a resolver o problema, mas que, ao longo do tempo, acaba sendo distorcida pelos agentes públicos, verdade que não todos, mas que acaba prejudicando a população. Vou dar um exemplo: em Viamão, uma lei parecida com essa aqui foi aprovada – votei contra, era para ter obrigatoriedade de colocar cardápio em Braile nos restaurantes de Viamão. Quem pode ser contra a pessoa cega poder ter um cardápio para poder ter acesso ao *menu*? Parecia uma falta de sensibilidade votar contra esse projeto. Eu usei argumentos parecidos com os do Ver. Tiago Albrecht, quando eu me posicionei contra. Vou contar o que aconteceu após ter sido aprovada essa lei em Viamão. O vereador que propôs ou um dos vereadores que propuseram, depois de um tempo, acabou se tornando um adversário político do prefeito, lá no município de Viamão; talvez não aconteça em Porto Alegre, mas em Viamão era muito comum, existia um certo coronelismo lá no município de Viamão, quando o vereador se opunha aos projetos do prefeito. Posso falar o nome, na época era o prefeito André Pacheco. O que aconteceu? Esse vereador, meu colega Evandro Rodrigues, começou a denunciar o prefeito sobre coisas da gestão, e o prefeito começou a tentar punir o vereador que começou a atacar o governo, entre outras. E, paralelamente a isso, o que o prefeito fez para punir esse vereador? Começou a ir aos comércios locais para punir essa pessoa. Chegava lá, começava a fiscalizar, falar sobre o banheiro, falar sobre a porta de entrada, falar sobre a rampa de acesso, falar sobre um montão de coisas, gerando multas para os comerciantes da região daquele vereador, para puni-lo. E quando o comerciante falava: “Mas como assim? Cara, eu não fiz nada contra a Prefeitura, por que vocês estão me multando?” “Ah, vai lá e pergunta para o Ver. Evandro, que foi ele que mandou vir fazer a fiscalização.” Ou seja, utilizavam a legislação para fiscalizar o comércio, dando a entender que quem tinha pedido aquela fiscalização era o vereador. E tinha um caso, e esse foi emblemático, que o restaurante estava tudo certo, tudo certo, e o fiscal que estava lá a mando do prefeito fez o quê? Foi procurando, catando e não achava nada e o que ele utilizou para punir aquele comércio, como forma de punir de maneira indireta aquele vereador da oposição? Falou: “Cadê o teu cardápio em Braile?” Obviamente, isso gerou uma multa. Ou seja, quando nós, numa boa intenção, fazemos uma lei que, obviamente, vai servir para onerar aqueles empreendedores, em algum momento essa boa intenção pode ser utilizada de maneira distorcida para punir pessoas que não têm nada a ver com a história. Agora, eu pergunto para vocês: se vocês são donos de restaurante, vamos supor que só tenha menu digital, chegou uma pessoa que não tem celular, o dono do restaurante vai expulsar essa

pessoa do restaurante? Não vai expulsar a pessoa do restaurante. Vai perguntar: “Poderia te ajudar?” E vai ajudar. É óbvio, quem não quer tratar bem o seu cliente? Não faz o mínimo sentido não querer tratar bem o próprio cliente. Então, da mesma maneira que, por uma boa intenção, lá no município de Viamão, se utilizou essa obrigatoriedade para punir pessoas por perseguição política, cada vez que nós fazemos uma lei bem-intencionada pode acontecer de, em algum momento, essa lei bem-intencionada ser utilizada como pretexto para punir pessoas, porque toda lei gera uma obrigação que, não cumprida, gera algum tipo de infração. Então, por mais que a intenção do vereador seja boa, não faz sentido obrigar isso, porque, primeiro, ninguém é obrigado a entrar naquele restaurante. E se eu for maltratado no restaurante que eu escolhi para ir, o meu ato de rebeldia é não comparecer mais lá e eu vou estar punindo aquele empreendedor não comprando novamente. Então acho que não faz sentido o projeto por conta disso, respeito a boa intenção do vereador, mas acho que se nós formos querer regular todos os pequenos microproblemas da sociedade em nome da boa intenção, a gente vai estar gerando problemas que não têm como a gente controlar no futuro. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 653/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, vereadores, vamos falar em liberdade, que é a coisa mais importante que todos nós temos. Quando a gente fala em liberdade, a gente fala em liberdade de ir e vir, falamos em liberdade de expressão, falamos em liberdade para os empresários. Empresários esses que foram tão castigados durante dois anos de pandemia pelo “fecha tudo”. O governador do Estado resolveu fechar tudo e infelizmente muitas pessoas perderam seus empregos, pequenas, médias e microempresas fecharam, trabalhadores ficaram na rua sem trabalhar, por conta de um “fecha tudo” que não trouxe nada de benéfico, bem pelo contrário. Hoje nós vemos as pessoas se reorganizando, empresários tentando novamente se colocar no mercado, dando oportunidade de emprego para as pessoas. Ter um empresário é saber que esse empresário vai dar oportunidade de emprego, que vai gerar renda e vai gerar comida dentro de casa para aqueles que trabalham. E quando nós vemos um projeto de lei, com todo respeito ao meu colega, que tanto admiro, o Ver. Bosco, que fala sobre delimitação, que obriga, que fala para os restaurantes, bares não terem apenas os cardápios digitais, mas que tem que ter cardápio impresso, nós estamos falando em custo. Isso é dinheiro do empresário que vai ser colocado também no seu negócio, se por acaso também não for repassado para o consumido normalmente tudo que acresce para os empresários, para os segmentos empresariais, normalmente é repassado para o consumidor. Quando nós falamos em tecnologia, quando nós falamos em inovação, quando nós falamos em uma Porto Alegre à frente do seu tempo, nós falamos também em uma Porto Alegre que, dentro dos restaurantes e bares se adapta e tem cardápios digitais. É muito comum, é muito claro, a maioria dos restaurantes já utiliza essa modalidade, mas eu vou dizer que muitos restaurantes ainda têm o seu cardápio impresso. Quando nós falamos em liberdade, nós

estamos dizendo para o empresário que ele pode, sim, ter opção: se ele quer colocar um cardápio digital, ele coloque; se ele quer colocar um cardápio impresso, ele coloque. Até porque o consumidor também tem a liberdade de entrar num restaurante que não tem cardápio impresso e dizer: “Aqui eu não quero ficar”. Ou de entrar num restaurante que tem cardápio digital e dizer: “Eu não quero cardápio digital, eu quero cardápio impresso”. Nós falamos de liberdade para os dois lados: para o empresário, que deseja, ou não colocar cardápio impresso, e também para o consumidor, que vai escolher se ele quer estar num restaurante que tem cardápio impresso, ou se quer cardápio digital, enfim, liberdade. Vocês vão ver eu falando muito nessa palavra hoje, amanhã e sempre. Por isso, querido Bosco, fizemos aqui uma subemenda colocando, pelo menos, 5%. Vamos nem oito nem oitenta, vamos 5% de obrigatoriedade de cardápio impresso, para que o teu projeto não fique perdido. Peço para todos os vereadores que a gente possa, pelo menos, amenizar aquilo que seria para todos com, pelo menos, 5% de obrigatoriedade de cardápio impresso. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth e outros, à Emenda nº 01 ao PLL nº 653/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 653/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL nº 653/23.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas; esta, de forma alguma, é uma crítica direcionada ao vereador, autor do projeto. Não, é uma reflexão que eu gostaria de fazer com os colegas. Que sanha é essa, que vontade é essa que a classe política tem em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil, de buscar tutelar absolutamente todos os aspectos da vida das pessoas? Porque a classe política se considera tão importante e tão infalível ao ponto de sempre querer ter uma solução para absolutamente tudo. Quem somos nós, vereadores de Porto Alegre, para dizer se, num restaurante privado, onde o cidadão livre vai lá, almoçar, jantar, quem somos nós para dizer se um cardápio tem que ser físico ou digital! A classe política deve ser realmente muito especial, a classe política deve saber de tudo! Eu não concordo com isso. Aliás, na minha avaliação, sempre que os governos, sempre que um político quer encontrar uma solução para um problema da sociedade e tira isso da sua cabeça, dá problema. Quando o governo interfere nas relações privadas, dá problema; quando o governo inventa de querer gerar emprego e renda, dá problema, porque o governo não gera emprego e renda. Quem gera emprego e renda é a iniciativa privada, são os empreendedores, são as pessoas que colocam o seu dom, a sua vocação a serviço não apenas de buscar a dignidade, o pão na mesa da sua própria família, mas, com

empreendedorismo, acabam criando oportunidades para outras famílias. Qual seria o próximo passo? Vamos lá, vamos obrigar cardápios físicos nos restaurantes. Qual é o próximo passo? O serviço por *delivery*, o pedido da comida não vai mais ser pelo celular, quem sabe possa ser por carta, ou quem sabe nós vamos obrigar que, nos restaurantes de *sushi*, se venda picanha e, na churrascaria, se venda *sushi*. Entendam que a liberdade das pessoas é um bem, é um direito inegociável, desde as menores coisas às maiores, porque, se nós, classe política, se nós, vereadores de Porto Alegre, achamos que somos tão superiores ao ponto de dizer como um restaurante deve fazer o seu negócio ou não, vocês imaginem o que é possível fazer em outras instâncias, no Judiciário, na Assembleia, no Congresso Nacional. Eu acredito muito naquele velho ditado do gosto do freguês, e aqui ele se traduz de uma forma muito clara. Se determinado restaurante tem apenas cardápio *online* e eu não gosto ou tenho dificuldade, não consigo acessar, eu não frequento esse restaurante, vou no outro que oferece cardápio físico. É uma questão tão simples, tão singela, que realmente me preocupa, não por esse projeto em si, mas pelo tipo de projetos de lei que esta Casa pode produzir e pelo tipo de intervenção no Estado que a classe política e os governos podem fazer cada vez mais na vida dos cidadãos. A Ver.^a Fernanda Barth aqui bem lembra a lei dos saleiros na mesa, a vereadora Sofia Cavedon, há muitos anos, ou o Marcelo Sgarbossa, não me lembro, era do PT, disse não poderia ter saleiro na mesa, era proibido ter saleiro na mesa, para não aumentar a pressão alta no cidadão. Qual que foi a solução da iniciativa privada? Penduraram saleiros em cordas sobre as mesas, saleiro não está sobre a mesa. Então é o tipo de coisa, meus amigos, que é chover no molhado, que é querer inventar roda, que é querer interferir onde nós não devemos interferir, por princípio. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 653/23, como autor.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu fiz um projeto água com açúcar, projetinho simples, aí o Ver. Ramiro Rosário vem aqui dizer que nós queremos tutelar os empresários. Mas, vem cá Ramiro, quantos projetos ruins tu já fizeste aqui?

(Aparte antirregimental do Ver. Ramiro Rosário.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não, não, vários, inclusive pelo *chat*, mentiste para nós aqui. Poxa, tutelar? Aí chega um senhor lá... Isso aí não tem custo nenhum para os restaurantes, não tem custo nenhum para os restaurantes, não vai ser repassado nada, é apenas uma gentileza para um senhor, que chega com a esposa lá, que não sabe... Diz: “Olha, tem aí um...?”, “Tem.” E outra coisa, eu não estou tirando o cardápio digital, eu estou agregando qualidade no atendimento, eu estou agregando qualidade no atendimento que é prestado. Eu jamais pensei que um projetinho água com açúcar fosse criar toda essa celeuma aqui. Mas é óbvio que os empresários têm que ter

liberdade para trabalhar; é óbvio que os empresários têm que ter a liberdade econômica. Agora qual é o empresário que não vai querer agregar qualidade no seu atendimento? Todos querem. Todos querem. Agora, eu não estou aqui tutelando ninguém, proibindo ninguém. Não tenho nada. Nada. É uma possibilidade. É uma possibilidade que os empresários têm de receber mais clientes. Tem um cidadão, com a esposa, que não entende de QR Code, não sabe mexer no *tablet* que está ali, perde o empresário. Porque se ele não sabe mexer no QR Code, não sabe mexer no *tablet*, ele nem vai naquele restaurante. Ele vai lá no Barranco, por exemplo, que tem cardápio em todas as mesas e ninguém reclama nada. Poxa, então, olha, sinceramente, minha gente, sinceramente, é uma celeuma desnecessária essa aí, num projetinho água com açúcar, simplesinho, beneficiando os clientes e também os empresários, que estão qualificando o seu trabalho. E, mais ainda, se quiserem aprovar, eu aceito essa emenda de 5% que a que a Ver.^a Fernanda colocou, eu não tenho nada contra; agora tem que o senhor chegar lá e dizer: “Olha, eu não sei mexer. Eu preciso de um cardápio físico.” E já aconteceu comigo, que eu não soube mexer lá no negócio, não tinha o cardápio físico. Então, é isso, minha gente. Não vamos fazer tempestade em copo d’água aqui, pois tem outros projetos mais importantes aqui, projetos mais qualificados que este, projetos que decidem a vida dos cidadãos de Porto Alegre. Esse projeto não decide a vida de ninguém, esse é um projeto, repito, água com açúcar, para dar possibilidade de que as pessoas tenham segurança de chegar num restaurante e não se envergonhem de dizer que não sabem mexer na tecnologia. É só isso! Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não está mais presente o Ver. Márcio.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Ver. Mauro Pinheiro, posso falar do remoto?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não. Agora não pode mais, vereador, somente presencial e na votação.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLL nº 653/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, Presidente, muito obrigada, Ver. Jonas Reis, por me dar a oportunidade de estar me antecipando à sua fala; colegas vereadores; público que nos acompanha; gostaria de agradecer ao vereador proponente, o Ver. Bosco, que ouviu a Associação dos Bares e Restaurantes, e que a gente conseguiu construir essa emenda e melhorar um projeto meritório. Aqui nós vivemos em uma cidade onde nós temos cada vez mais o envelhecimento da população e não temos nativos digitais na mesma proporção. Se a gente tem, é uma geração de nativos digitais que já está aqui no Parlamento, e a gente tem uma geração de quem traz história para nós, no Parlamento, e que muito nos ensina: o Ver. Pedro Ruas, o Ver. Bosco, são decanos desta Casa que trazem experiência e que nos

ensinam a cada dia. O que a gente tem de rico neste Parlamento é que somos 36 vereadores de diversas idades, diversas realidades, e é sobre isso a democracia e o parlamento. Às vezes essa disputa ideológica... Eu sou uma liberal, mas eu trago a importância dessa construção que está sendo feita nesse projeto de lei, em que nós temos vereadores de diversos campos ideológicos com a sua realidade, com a sua base eleitoral, mas construindo um projeto em mãos juntas e construindo um projeto que vai ser para a cidade de Porto Alegre, para aquele restaurante que vai ter pessoas mais velhas e pessoas mais jovens. Então, esse meio-termo e esse ambiente de diálogo, eu gostaria de, em nome do partido Republicanos, onde nós temos o Ver. José Freitas e o Ver. Alvoni, que são muito atuantes nas pautas principalmente da dificuldade que nós temos na terceira idade, trazer essa empatia para o debate aqui no Parlamento e nós começamos a criar projetos de lei entendendo que nós temos uma cidade em construção, que este Parlamento é feito de um recorte da cidade, somos 36 vereadores, e nós compreendemos o montante da população de Porto Alegre. E teremos jovens, teremos pessoas mais velhas, teremos nativos digitais, teremos quem nunca se familiarizou com um *tablet*, e nós precisamos é pensar em legislar para todos. Por isso eu agradeço o Ver. Bosco pela oportunidade do diálogo, da construção, e os demais parlamentares que estão assinando as emendas e dando acordo para a gente construir esse projeto bonito, todos juntos. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 653/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Da outra vez, o Ver. Ramiro disse que eu o tinha proibido de caminhar. Quem sou eu de proibir alguém de fazer os seus passos? Fique à vontade, faça os seus passos aí, caminhe aqui na frente que até é legal, faz um cenário.

Agora, eu queria falar sobre este projeto que é importante. Parabéns, Ver. João Bosco Vaz, do PDT, projeto meritório. Ninguém é obrigado a ser portador de uma tecnologia. Como é que eu vou obrigar uma pessoa a ter um aparelho – um *smartphone*, sei lá, um iPhone na mão, não posso obrigar – para a pessoa acessar o que ela vai consumir no comércio? Não posso obrigar as pessoas. Eu tenho é que acolher, esse projeto é para democratizar mais ainda, para as pessoas acessarem os espaços comerciais, ingressarem, e a gente garantir que as pessoas façam o seu consumo ali. Não é isso que pregavam? Que as pessoas consumam para gerar emprego, para ajudar os comerciantes, mas, vindo de pessoas que só defendem bilionários – só defendem Elon Musk –, tudo tranquilo, tudo favorável. Aí eu tenho que ouvir aqui impropérios, ataques ao projeto. A postura é vergonhosa de quem não tem a sensibilidade, por exemplo, com as pessoas mais anciãs. Muitos não estão ainda no mundo da tecnologia, não é porque não querem, não é tão simples, gente, não é tão simples. Meu pai agora, recentemente, com 73 anos, está fazendo alguma coisa no celular, mas ele é analfabeto. Então, vou obrigá-lo a trabalhar com a tecnologia? Aí ele não vai poder consumir no bar se ele não sabe mexer no que QR Code, acessar... Não, então, vamos democratizar, sim; não podemos obrigar a ter apenas o

digital, tem que ter as alternativas, isso é fundamental. Mas eu não vejo vir aqui um vereador do partido NOVO preocupado, por exemplo, com a miséria, com a fome das pessoas que não têm salário, não têm renda; ele não se preocupa com isso, ele se preocupa agora só em garantir o digital. Agora eu pergunto às periferias, que estão sofrendo com transporte sucateado, que quando ele era secretário do Juninho o transporte piorou, na pandemia, perdemos 39 linhas, a periferia sofreu, aí ele não falou nada! Agora, mexer com cardápio, aí não pode, tem que ser digital. Por que será? Será que os comerciantes não vão conseguir imprimir dois ou três cardápios? Então ele se cala para várias coisas. As mazelas do capitalismo, ele se cala, ele fica calado, em silêncio. Este é Ramiro Rosário, que diz que é partido NOVO. Isso não é partido NOVO, gente, não tem coisa mais antiga que virar as costas para o povo e fazer só proselitismo, só o seu discurso para sua bolha.

(Aparte antirregimental do Ver. Ramiro Rosário.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Por favor, Ver. Ramiro, V. Exa. veio na tribuna e usou dos seus cinco minutos com tamanha tranquilidade, agora eu não posso usar os meus. Parece que o Ver. Jonas não pode ser ouvido. Ouça com atenção, Ver. Ramiro, Deus lhe deu duas orelhas para ouvir mais do que fala, por favor, então deixa eu falar os meus cinco minutos. Agora pensem bem: o projeto para democratizar os analógicos, os digitais, todos estarem juntos, ocupando os espaços públicos, o comércio, aí um vereador consegue subir na tribuna e falar mal disso. Não dá pra entender! É só em Porto Alegre! Agora, este mesmo vereador, João Bosco, não subiu aqui pra falar do PA da Lomba, que o pessoal não acessa nem digital, nem analógico, nada, porque fechou o PA da Lomba porque o telhado caiu. Disso o senhor não falou; disso V. Exa. não falou, porque tinha que falar do privado, porque a obra está sendo feita pelo privado. Falar mal do privado não pode, agora ele defende uma coisa que não dá para entender. Então, Ver. Ramiro, por gentileza, vamos ter uma postura mais democrática, menos autoritária. Vai ter os dois tipos de cardápio, queira o senhor ou não. Nós vamos votar e vamos aprovar, João Bosco, que vai ter dois tipos de cardápio na cidade, sim, o impresso e o digital, queira o senhor ou não.

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 653/23 da priorização de votação, e que seja o primeiro a ser votado na próxima sessão.

Frente o adiantado da hora e as discussões acaloradas diante de um projeto que vai transformar a cidade de Porto Alegre, que prejudica a cidade de Porto Alegre, que não tapa os buracos de Porto Alegre, vamos votar em primeiro na segunda-feira.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Como é o último projeto que nós estamos votando, está encerrada a Ordem do Dia. (17h20min.)

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0068/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 005/24, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que institui a Política da Tarifa Zero e a Taxa de Mobilidade Urbana (TMU) e altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, zerando o valor da tarifa utilizada para remunerar os contratos de concessão para prestação de serviços de transporte público coletivo municipal. **(SEI 050.00016/2024-58)**

PROC. Nº 0228/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 106/23, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, que institui o Programa Municipal de Atendimento à Mulher Desempregada e Chefe de Família. **(SEI 234.00070/2023-09)**

PROC. Nº 1218/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 695/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que determina a obrigatoriedade de fornecimento de água fresca, potável e gratuita, em locais de fácil visibilidade e acesso, nas concentrações fixas de público em ambientes abertos e sujeitos a intempéries, tais como shows e eventos, pelos respectivos organizadores. **(SEI 210.00646/2023-43)**

PROC. Nº 1224/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 700/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rua José da Rosa o logradouro conhecido como Rua Um (João Moraes), localizado no Bairro Sarandi. **(SEI 161.00107/2023-82)**

PROC. Nº 0114/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 004/24, que denomina Alessandro Brutti a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE – localizada na Av. A. J. Renner, nº 495, Bairro Farrapos. **(SEI 118.00257/2024-11)**

PROC. Nº 0208/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que cria o serviço S.O.S Idoso – 24h no âmbito do Município de Porto Alegre. **(SEI 024.00082/2024-54)**

PROC. Nº 0223/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 110/24, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que denomina Rua Marcia Santana o logradouro conhecido como

Rua Três Vila Mapa II, localizado de esquina com a Avenida Santo Dias da Silva, no Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 299.00053/2024-90)

PROC. Nº 0228/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 114/24, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Maria Luigia Bertaco o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua A Chácara Paesi, localizado no Bairro Vila Nova. (SEI 037.00334/2023-51)

PROC. Nº 0229/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/24, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia Municipal do Escultor no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana do dia 7 de agosto. (SEI 037.00102/2024-84)

PROC. Nº 0231/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua das Amoras o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Um das Espatodeas, localizado no Bairro Ponta Grossa. (SEI 165.00061/2024-89)

PROC. Nº 0232/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à IGREJA BRASA – Primeira Igreja Batista Brasileira de Porto Alegre. (SEI 145.00037/2024-60)

PROC. Nº 0234/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 118/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Tereza Juracy Rodrigues da Rocha o logradouro público não cadastrado conhecido como BC Três Estrada Extrema, localizado no Bairro Extrema. (SEI 165.00064/2024-12)

PROC. Nº 0236/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 120/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rua Ivo Muniz de Fraga o logradouro público conhecido como BC Um Estrada Três Meninas, localizado no Bairro Vila Nova. (SEI 161.00068/2024-02)

PROC. Nº 0238/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 121/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rua Maria Isabel Hanza de Souza o logradouro público conhecido como I Estrada Francisca de Oliveira Vieira, localizado no Bairro Belém Novo. (SEI 161.00069/2024-49)

PROC. Nº 0239/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rótula de Oya o logradouro público conhecido como RTL Três mil cento e cinquenta, localizado no Bairro Vila João Pessoa. (SEI 161.00070/2024-73)

PROC. Nº 0243/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 125/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Ricardo Brucker o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Lami, localizado no Bairro Lami. (SEI 165.00067/2024-56)

PROC. Nº 0244/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 126/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui o evento Dia da Tainha na Taquara – Dia do estímulo ao comércio e consumo da tainha assada na taquara, no centro de Porto Alegre – no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira sexta-feira de cada mês. (SEI 024.00092/2024-90)

PROC. Nº 0247/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 129/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Tiago Francesco Escouto. (SEI 165.00070/2024-70)

Vereador Jessé Sangalli (PL): Só para mencionar que estava em discussão ainda. Então, terão os encaminhamentos na segunda-feira?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A discussão continua, há vereadores inscritos para discutir, continua a discussão e depois passamos para o encaminhamento.

Estamos no período de Pauta. O Ver. Jonas Reis e o Ver. Tiago Albrecht estão inscritos. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, está em pauta hoje, entra em tramitação nesta Casa o projeto de nossa autoria, que determina a obrigatoriedade de fornecimento de água fresca, potável e gratuita em locais de fácil visibilidade e acesso nas concentrações fixas de público em ambientes abertos e sujeitos a intempéries, tais como shows, eventos, todos aqueles com grandes aglomerações populacionais. E aí, a gente precisa muito que isso seja aprovado, porque, muitas vezes, os órgãos públicos fazem a liberação, mas não observam as condições reais para que as aglomerações aconteçam. A gente vê, muitas vezes, vias públicas fechadas, mas aí a gente vê grandes aglomerações, como aconteceu lá no *show* da Taylor, que uma pessoa passou mal e morreu. Então, para que a gente não sofra esse tipo de vergonha na nossa cidade, nós precisamos garantir água potável, fresca, de fácil acesso a todo o público que estiver em grandes aglomerações públicas, espaços abertos e suscetíveis a intempéries. Por exemplo, quando o verão é rigoroso, o calor é extremo, e a aglomeração das pessoas eleva ainda mais a temperatura. Então, não é a temperatura que está lá no relógio, 38 graus, 35, 40°, é muito mais do que isso. Essas condições ambientais podem ser amenizadas pela água potável, porque a gente precisa garantir minimamente a

hidratação das pessoas. Quando um evento é grande, no espaço de uma cidade, é responsabilidade também do poder público preservar e regulamentar a favor da população. Nós não podemos repetir o que outros municípios e estados fizeram no passado recente; a gente precisa aprender com os erros. Por isso que o meu projeto é um projeto para, inclusive, evitar que grandes *shows* virem tragédias, entrem para a página da história como algo feio, nefasto. Nós queremos que cada vez mais a arte e a cultura entrem para a página como um momento de festividade, de celebração, de usufruto coletivo, de fruição da estética. Nós não podemos permitir que *shows* sejam encerrados, porque a gente não tem as condições ambientais adequadas. Então, nosso projeto é nessa linha, contamos na tramitação com apoio à aprovação, os pareceres dos colegas. Vamos em frente para mudar a nossa cidade, para transformar com legislação que garanta condições. Se vai ter *show*, tem que ter condições para todos que vão estar lá. E a gente sabe que muitos problemas acontecem e nós queremos evitar esses problemas. Um abraço. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O próximo inscrito, Ver. Tiago Albrecht.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h26min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *